

O DESPERTAR DO GIGANTE

“há, também, o ônus da liderança...”

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
caio@canaplan.com.br

Foi na década de 90 que o Brasil iniciou o seu caminho ao futuro, ou o seu despertar de um longo passado de passivo observador, com, exceção à regra, alguns soluços de inovação. A política do etanol como combustível foi um desses soluços. Somente na década de 90 estabeleceu-se a política mandatória do uso do álcool na gasolina, e ao mesmo tempo, o Plano Real injetou o importante positivo vírus do equilíbrio nas aventuras econômicas do país. De lá para hoje, exceto as crises asiática e mexicana que atingiram fortemente o Brasil, o caminho do desenvolvimento sustentado estaria caracterizado. Bastaria, pois, trilhá-lo!

Os efeitos globais já por muitos anos de elevada liquidez mundial são, entre outros aspectos, sentidos pelas cotações valorizadas das commodities, tanto as agrícolas como metais e petróleo. Nossas experiências passadas, nesse campo, não explicam o novo mundo. Os preços do petróleo são elevados e em nossa experiência passada, estimulariam custos crescentes. Mas isso não vem acontecendo, exceto para algumas commodities que mostram efetiva variação conjuntural – o caso do milho e da soja, por exemplo.

O mundo desenvolvido mostra índices de intensidade de uso de energia muito menores do que quando dos choques do petróleo nas décadas de 1970 e 1980. A inflação, como regra geral, mostra índices positivamente muito baixos, mesmo com os preços elevados da energia. Mesmo assim, a economia cresce fortemente em praticamente todos os cantos do planeta. A idade média da população cresce; as taxas de mortalidade infantil caem; também o analfabetismo diminuiu. No entanto, os índices de pobreza continuam muito elevados e sabe-se hoje, da direta correlação existente entre terrorismo e isolacionismo. A isso também se soma o radicalismo de religiões, promovendo um caldo de cultura que faz proliferar reações ou ações insanas.

As preocupações do passado entre ideologias que geraram a guerra fria foram substituídas pelo pânico relativo ao aquecimento do planeta Terra, pelo terrorismo religioso e pela crescente dependência energética do mundo

ocidental ao Oriente Médio, à Rússia e algumas também complexas regiões como a Nigéria e a Venezuela, entre outras.

Nessa verdadeira panela de pressão, que como imagem explica o fato das limitações naturais da Terra (no caso representado pela tampa da panela) para as quais não há outra opção, o mundo que o homem conhece sofre a luta dos interesses que fazem adiar as medidas essenciais à população global.

As sucessivas reuniões em organizações globais (ONU, OMC, Banco Mundial) não tem gerado a posições de consenso para o combate frontal aos maiores desafios dos habitantes da Terra: a crise energética global e os riscos da proliferação nuclear (posição clara e sintética de George Soros em seu livro “A Era da Insegurança”).

Várias são as questões à sombra desses dois pontos-chave definidos – a realidade do poder do petróleo e a sua dominância no mundo; a volta, ao que tudo indica, da energia nuclear como parte da solução e suas conseqüências não somente ambientais mas, principalmente, do potencial de outros usos terríveis dessa energia. Com relação ao petróleo, a mudança dos seus “donos” é impressionante:

Características do Setor Petróleo⁽¹⁾ e os Maiores Produtores Classificados pelo Controle da Produção das Companhias Nacionais de Petróleo⁽²⁾		
Em %	Sem dominância de Propriedade de Governo ou o Estado com Minoria de Controle	Estado com Maioria do Controle
• % Total das Reservas Globais em 2004	28	72
• Média do Crescimento da Produção, 2000 – 05	16,7	6,1
• % do Grupo de Países em 2005, da produção mundial	44	50
• Número de Países no Grupo	19	15
(1) Inclui os 34 maiores países produtores em termos das reservas reconhecidas em 2004. Juntos representam 98% das reservas mundiais e produzem 94% da produção mundial.		
(2) A maioria das Companhias são 100% de propriedade de governo, com algumas variações.		

A dominância das empresas estatais e a dificuldade de obtenção de “espaço” pelas empresas privadas explicam muito a falta de investimentos na

prospecção e no refino do petróleo. Também explica o balanço oferta-demanda apertado e os riscos da dependência disso. Os custos elevados atualmente da produção dos biocombustíveis pelos desenvolvidos não dá a velocidade necessária à adoção desses combustíveis renováveis até porque querem proteger o que cinicamente chamam de indústria emergente (necessita proteção).

Com isso, a nuclear volta com força, no seu lobby competente!

As condições da luta estão expostas. O Brasil, juntamente com os EUA são mais de 70% da oferta. Também é neles onde está a demanda. Assim, se os EUA protegem a sua indústria do etanol com tarifas de importação impressionantes, o exemplo também vingou para a mesma indústria européia, que age exatamente do mesmo modo.

Esse é um ciclo vicioso: “não abro o meu mercado porque a demanda é atendida por produção interna e não cresço a demanda porque seria preciso abrir o mercado e em assim agindo se pode desproteger essa indústria nascente.....”. É interessante observar que é esse jogo que cria alguns reflexos:

- a) Atende à indústria do petróleo em seu interesse de não competição, o que é um contra-senso;
- b) Gera potenciais excedentes em países competitivos como o Brasil na medida em que há efetivas barreiras em países com grande potencial de demanda, gerando pressão baixista em preços;
- c) Adia ou não permite a aceleração necessária à criação de um mercado internacional efetivo para o etanol, por exemplo.

No mês de julho de 2007, o Presidente Lula reagiu claramente pela primeira vez como mandatário brasileiro em reunião global ocorrida em Lisboa, citando explicitamente o absurdo de se gerar uma confusão sobre o tema alimento versus energia e o absurdo das barreiras comerciais ao etanol. Sua reação e posicionamento foram muito bem recebidas pois citou claramente o fato que a indústria brasileira não teme a certificação do etanol para fins de exportação à Europa.

Enquanto o Brasil mostra vendas mensais de carros flexíveis de 86% do total comercializado, a Suécia (que compra álcool brasileiro) vende mais de 12% ao mês dos FFV e planeja 50% das vendas mensais em 2008 (seu Primeiro Ministro definiu a Suécia livre do petróleo em 2020).

É agora o momento de se somar movimentos como o do ex-Ministro Roberto Rodrigues do Brasil e ex-governador Jeb Bush da Flórida – EUA, aos da Suécia e apostar na pressão das sociedades. O álcool brasileiro quando se somar ao álcool produzido pelo país importador certamente melhorará os preços ao consumidor daquele país. O que faz senso desde que haja demanda.

Através da comunicação para o nosso consumidor e aos dos outros países, a farsa da proteção letal aos interesses de um planeta que sofre a pressão do aquecimento global, cairá. Para isso, será necessária uma força-tarefa brasileira dos Produtores – Governo - Distribuidores - Montadoras, fazendo “road shows” por este mundo.

Ao mesmo tempo, medidas internas são também muito importantes na linha de liderança que tem o Brasil no campo do etanol. Trata-se da necessária discussão aberta dos caminhos das políticas públicas e privadas para o etanol:

- é fundamental ter garantia que se promoverá a livre iniciativa e concorrência entre os players da cadeia produtiva; há indícios muito negativos de posições da ANP de uma verdadeira volta a um “IAA” do etanol, o que certamente não beneficiará o consumidor;
- tem-se que viabilizar a liquidez ao contrato de etanol da BM&F através da redução dos impostos no etanol – PIS/COFINS (medida que irá auxiliar em muito a questão da manutenção dos estoques);
- tem-se que ter atenção para com a logística do etanol e abertura de participação a todos;
- tem-se que buscar a fatia do mercado ainda da gasolina nos FFV para o etanol, com comunicação direta ao consumidor.

Aí vamos despertar de um sono colonizante e o nosso bocejo será a quebra do círculo viciado, tornando-o virtuoso, não só para o Brasil mas para a África, América Central e outros.